



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2025
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Apresentação: 04/04/2025 16:44:12.690 - Mesa

RIC n.1106/2025

Solicita informações ao Sr. Ministro da Educação, a respeito da notícia que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deu aval para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, quanto a notícia que Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deu aval para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *Como o Ministério da Educação justifica a autorização para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado? Quais são as explicações para esse significativo sobrepreço, considerando que a Controladoria-Geral da União havia estimado um valor inferior para o investimento?*
- 2) *Quais medidas de fiscalização foram adotadas para garantir que o processo de aquisição seguisse os padrões de transparência e eficiência? Houve uma análise detalhada para verificar se os preços apresentados pelas*



* C D 2 5 6 3 8 0 9 8 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 04/04/2025 16:44:12.690 - Mesa

RIC n.1106/2025

empresas contratadas eram condizentes com a realidade do mercado?

- 3) *Como o Ministério da Educação justifica a alocação de R\$ 3 bilhões para a compra das carteiras escolares, um valor R\$ 1 bilhão superior ao previsto pela CGU? Esse aumento de custo está sendo acompanhado de perto para garantir que o dinheiro público seja bem empregado?*
- 4) *Houve uma pesquisa de mercado comparando preços de fornecedores diferentes antes de se fechar o contrato com as empresas responsáveis? Caso tenha sido feita, quais foram os critérios adotados para selecionar as empresas e como o Ministério garante que o processo foi conduzido de maneira justa e eficiente?*
- 5) *De que maneira o Ministério acredita que a compra dessas carteiras escolares, com preço elevado, irá impactar positivamente a qualidade da educação no Brasil*
- 6) *O valor investido é justificado pela necessidade urgente de melhoria da infraestrutura escolar ou poderia ter sido utilizado de forma mais eficaz em outras áreas da educação?*
- 7) *Considerando a discrepância entre os valores estimados pela CGU e o valor final da compra, o Ministério da Educação está considerando a suspensão do processo ou a revisão dos contratos? Há alguma investigação em andamento para verificar a legalidade dos preços praticados?*
- 8) *Quem será responsabilizado caso se comprove que houve sobrepreço nas aquisições ou desvio de recursos públicos?*
- 9) *Quais serão as ações do Ministério da Educação para garantir que a sociedade tenha total transparência em relação a essa compra e a seus impactos?*



* C D 2 5 6 3 8 0 9 8 7 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 04/04/2025 16:44:12.690 - Mesa

RIC n.1106/2025

10) O Ministério considera sustentável, a longo prazo, a estratégia de investir valores tão elevados em um único item como as carteiras escolares, especialmente em um cenário de restrição orçamentária e necessidades educacionais urgentes em diversas áreas do país?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Educação, entenda como relevantes, para demais esclarecimentos quanto ao tema supracitado.

JUSTIFICAÇÃO

Uma decisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ocorrida em 2024, provocou uma verdadeira onda de indignação e preocupação no cenário educacional e econômico do país. A entidade autorizou a aquisição de carteiras escolares a preços 50% superiores ao valor de mercado, resultando em um investimento total de R\$ 3 bilhões, que superou em R\$ 1 bilhão o montante inicialmente estimado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2022, durante a análise do edital.

Segundo o site “Contrafatos”¹, o portal “UOL” informou que o governo Lula comprou móveis escolares em uma negociação que levou a preços 50% mais altos do que os do mercado. Atas de preços foram registradas, válidas até setembro do ano corrente, possibilitando aquisições até 2026. Em 2024, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deu aval para a aquisição de carteiras escolares com um preço 50% superior ao valor de mercado. O investimento total chegou a R\$ 3 bilhões, uma quantia R\$ 1 bilhão maior que a previamente estimada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2022, durante a análise do edital.

O conjunto de mesa para professor, que em 2022 tinha o valor de R\$ 368,88 (ou R\$ 387,55, considerando a inflação), é um exemplo que foi autorizado a chegar até R\$ 1.072 no leilão do ano anterior. Baseado nesses registros, já foram firmados 14 contratos, totalizando R\$ 21,9 milhões, apesar de somente uma parte das aquisições ter sido finalizada.

¹ <https://www.contrafatos.com.br/governo-lula-paga-50-a-mais-por-moveis-escolares-e-gera-suspeitas-de-irregularidade/>



* C D 2 5 6 3 8 0 9 8 7 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 04/04/2025 16:44:12.690 - Mesa

RIC n.1106/2025

Ainda, a reportagem informa que Companhias que foram excluídas da licitação afirmam que o tempo disponível para coletar a documentação foi insuficiente, diminuindo a competição. “*No termo de referência do edital, há a exigência de laudos e documentos de itens lançados há pouco no mercado (...), não sendo possível o atendimento de tais exigências pela grande maioria dos fornecedores*”, afirmou a MC Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Destaca-se, que essa disparidade entre o valor real pago e o valor de mercado levanta sérias questões sobre a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos, especialmente em uma área tão crucial como a educação. A princípio, o propósito da compra era modernizar as escolas e garantir que os estudantes tivessem acesso a móveis adequados e seguros para o seu aprendizado. No entanto, a discrepância nos preços gerou desconfiança e escancarou um problema maior: a falta de fiscalização rigorosa nos processos de aquisição de bens e serviços com dinheiro público.

O que mais preocupa é que, enquanto esse montante exorbitante foi destinado ao setor educacional, muitas escolas ainda enfrentam a escassez de recursos básicos, como professores qualificados, materiais didáticos e infraestrutura adequada. A discrepância entre o valor pago pelas carteiras e o que seria razoável, considerando os preços de mercado, reforça a ideia de que há uma gestão ineficaz ou até mesmo irregular do orçamento público.

Ademais, o fato de o valor final da compra ser muito superior ao que foi projetado pela CGU levanta suspeitas sobre possíveis sobrepreços e o envolvimento de intermediários ou empresas que se beneficiam dessa situação em detrimento do bem-estar dos alunos. A quantia de R\$ 1 bilhão a mais, em um momento em que o país enfrenta uma crise fiscal e cortes em diversas áreas, torna ainda mais alarmante a possibilidade de que recursos essenciais estejam sendo mal direcionados.

Além disso, esse episódio não apenas compromete a credibilidade do FNDE, mas também expõe as falhas sistêmicas de fiscalização, planejamento e execução de projetos governamentais. Quando os recursos destinados à educação são mal administrados, o impacto não se limita apenas à aquisição de produtos, mas reflete diretamente na qualidade do ensino e no futuro das gerações que dependem desses serviços.



* C D 2 5 6 3 8 0 9 8 7 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Diante desse cenário, o alerta, portanto, é claro: é necessário que haja maior rigor na análise de contratos públicos, que a fiscalização seja fortalecida e que as autoridades responsáveis prestem contas à sociedade de forma transparente. O valor investido na educação deve ser utilizado de maneira eficaz, e a população tem o direito de exigir que o dinheiro público seja aplicado de forma responsável e honesta.

Sala das Sessões, em de , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO



* C D 2 5 6 3 8 0 9 8 7 0 0 0 *

